

Epidemiologia infantil: aspectos relacionados à saúde Brasileira

Children's epidemiology: aspects related to Brazilian health

Epidemiología infantil: aspectos relacionados con la salud Brasileña

RESUMO

Objetivo: descrever aspectos epidemiológicos infantis referentes à saúde brasileira. Método: trata-se de uma revisão integrativa, da modalidade descritiva e qualitativa, organizada na primeira semana do mês de Janeiro, ano de 2022, nas bases de dados e bibliotecas: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google acadêmico. Para realizar a busca, estabeleceu-se alguns critérios de inclusão e exclusão, foram reunidos 6 artigos, publicados entre os anos de 2017 a 2021. Resultados: Os parâmetros epidemiológicos encontrados foram abrangentes, averiguando resultados desde 1999 até 2019, ou seja, são dados em um período significativo para a pesquisa. Em relação ao tempo de publicação, os estudos contemplaram o ano de 2020 forma predominante. Conclusão: Foi contemplado na pesquisa, que no que concerne a epidemiologia infantil, os principais assuntos encontrados são: a criança na rede de atenção à saúde, mortalidade infantil, investigação de óbito e crianças com doenças crônicas e assistência à saúde.

DESCRIPTORES: Epidemiologia; Infantil; Brasil.

ABSTRACT

Objective: to describe children's epidemiological aspects referring to Brazilian health. Method: this is an integrative review, of the descriptive and qualitative modality, organized in the first week of January, in the databases and libraries: Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Google go. To perform the exclusion, among the results found, up to the comprehensive results were found, or ascertaining 2021. Results: in a significant period for the research. Regarding the time of publication, the studies predominantly contemplate the year 2020. Conclusion: It was contemplated in the research, that with regard to child epidemiology, the main issues are found: the child in the health care network, infant mortality, death investigation and children with chronic diseases and health care.

DESCRIPTORS: Epidemiology; Children's; Brazil.

RESUMEN

Objective: to describe children's epidemiological aspects referring to Brazilian health. Method: this is an integrative review, of the descriptive and qualitative modality, organized in the first week of January, in the databases and libraries: Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Google go. To perform the exclusion, among the results found, up to the comprehensive results were found, or ascertaining 2021. Results: in a significant period for the research. Regarding the time of publication, the studies predominantly contemplate the year 2020. Conclusion: It was contemplated in the research, that with regard to child epidemiology, the main issues are found: the child in the health care network, infant mortality, death investigation and children with chronic diseases and health care.

DESCRIPTORES: Epidemiology; Children's; Brazil.

RECEBIDO EM: 07/03/22 **APROVADO EM:** 10/05/22

Ana Flávia Freitas de Miranda Coêlho

Enfermeira. Centro Universitário de João Pessoa.
ORCID: 0000-0003-2583-9235

Thaís Grilo Moreira Xavier

Enfermeira. Graduação em Enfermagem. Mestre em Enfermagem pela UFPB.
ORCID: 0000-0002-1132-6482

Luciana Ferreira de Souza

Enfermeira. Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professora do Unipê. Mestra em Modelos de Decisão e Saúde pela UFPB.
ORCID: 0000-0002-5998-1216

Fernanda Lúcia de Sousa Leite Morais

Médica. Mestrado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
ORCID: 0000-0001-6224-1107

Bianca Leite Morais

Estudante de Medicina.
ORCID: 0000-0003-0491-3766

Alane Barreto de Almeida Leôncio

Enfermeira. Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba (PPGENF/UFPB). Especialista em Saúde da Criança pelo Programa de Residência Multiprofissional do Estado da Paraíba.
ORCID: 0000-0003-4575-1900

INTRODUÇÃO

Na trajetória temporal, existiram muitas conquistas sociais no âmbito da saúde, por meio da Constituição Federal de 1988, das Leis Orgânicas Municipais e, posteriormente, as Leis Orgânicas 8.080 e 8.142 de 1990, as quais contribuíram profundamente para delinear as transformações no modelo de saúde brasileiro, bem como no que diz respeito à saúde da criança. Esse conjunto de ações proporcionaram um declínio importante da Mortalidade Infantil⁽¹⁾.

O sistema de saúde no Brasil, por muitos anos, manteve a saúde da criança interligada à saúde materna pela Política de Atenção à Saúde Materno-Infantil. A partir de 1984, o Brasil implantou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança (PAISC) e em seguida a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) como estratégia de enfrentamento às adversidades nas condições de saúde da população infantil, especificamente no que se refere à sua sobrevivência⁽²⁾.

A PNAISC tem como foco, promover a saúde, de forma integral, priorizando crianças pertencentes a grupos de risco e procurando qualificar a assistência e aumentar a cobertura dos serviços de saúde. As ações abrangem o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; incentivo ao aleitamento materno; controle das doenças diarreicas e das Infecções Respiratórias Agudas (IRAs) além da imunização⁽³⁾.

A Constituição Brasileira de 1988 traz

em seu artigo artigo nº 2271 que é um dever da família, sociedade e do Estado, ofertar e garantir a criança e ao adolescente, prioridade, direito à saúde, alimentação, lazer, cultura e outros benefícios⁽⁴⁾.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 13 de julho de 1990, foi uma grande conquista para as crianças e adolescentes, regulamentando os artigos da Constituição referentes a garantia de proteção à infância e adolescência, reconhecendo assim, as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Mudando a concepção de atendimento a criança e ao adolescente, garantindo portanto que suas necessidades sejam atendidas de forma prioritária, por parte da família, da sociedade e do Estado⁽⁵⁾.

O combate à mortalidade infantil é portanto um problema antigo que vem sendo enfrentado. O Ministério da Saúde (MS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) juntamente com o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), com o intuito de reduzir o número de mortes por doenças prevalentes na infância, elaboraram protocolos a serem desenvolvidos sistematicamente por profissionais de Unidades Básicas de Saúde (UBS) na assistência à criança, resultando em uma resposta favorável⁽⁶⁾.

A Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) tem como finalidade reduzir a morbimortalidade relacionada às doenças bases, tais como infecção respiratória aguda (IRA), anemia, desidratação, diarreia e desnutrição, contribuindo para o crescimento e desenvolvi-

mento sadio da criança. Para isso, torna-se necessário que os profissionais da saúde mantenham a prática de prevenção e promoção produzindo um diagnóstico precoce e tratamento correto⁽⁷⁾. Dessa forma, tem-se por objetivo: descrever aspectos epidemiológicos infantis referentes à saúde brasileira.

MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa, da modalidade descritiva e qualitativa. A pesquisa foi organizada na primeira semana do mês de Janeiro, ano de 2022, nas bases de dados e bibliotecas disponíveis para acesso, que foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google acadêmico. Para realizar a busca, estabeleceu-se alguns critérios de inclusão, são eles: artigos em português, inglês e espanhol, gratuitos nas plataformas, que respondam ao objetivo desta pesquisa e publicados entre os anos de 2017 a 2021. Excluíram-se: resumos e trabalhos completos publicados em congresso, relatos de experiência, editoriais e resenhas de livro. Os critérios de busca foram baseados nas etapas do PRISMA. A questão de pesquisa seguiu as orientações da estratégia PICO (acrônimo para P: população/pacientes; I: intervenção; C: comparação/controle; O: desfecho/outcome) para sua elaboração, que foram: Quais os aspectos relacionados a saúde epidemiológica infantil descritores na literatura atual?

Os descritores foram selecionados a partir da Descritores em Ciências da Saú-

de (DeCS), são eles: Epidemiologia AND Infantil AND Brasil. A intenção foi observar os parâmetros disponíveis quanto a saúde infantil e a epidemiologia no Brasil, destacando os principais pontos encontrados. Foram encontrados 88 artigos sobre o tema, mas dentro do tema proposto no objetivo do artigo somente 6 puderam seguir em análise, após a leitura dos títulos, resumos e artigos de forma integral. A leitura seguiu de forma organizada e minuciosa, no qual os 6 artigos foram organizados em um quadro único e discutidos posteriormente de forma descritiva. Ocorreu a validação da busca por dois pesquisadores convidados que atuam na temática proposta.

RESULTADOS

No quadro abaixo, foram organizadas as seguintes informações pertinentes ao tema do artigo: nome dos autores, título, ano de publicação, período epidemiológico da coleta de dados, periódico publicado.

Os parâmetros epidemiológicos encontrados foram abrangentes, averiguando resultados desde 1999 até 2019, ou seja, são dados em um período significativo para a pesquisa. Em relação ao tempo de publicação, os estudos contemplaram o ano de 2020 de forma predominante, com quatro artigos neste ano.

DISCUSSÃO

A saúde infantil é um importante indicador de nível de vida, com ênfase à mortalidade infantil e possui caráter altamente impactante como indicador de saúde. Embora o declínio da taxa de mortalidade infantil seja uma conquista brasileira, aproximadamente 70% dos óbitos em menores de um ano de vida, ainda são considerados evitáveis, ou seja, reduzíveis por ações de saúde⁽¹²⁾.

A mortalidade infantil, composta por óbitos neonatais e pós-neonatais é um coeficiente que retrata as condições de vida de uma população, sendo utilizada como indicador do nível de desenvolvimento e da qualidade de vida das nações, bem como a qualidade e organização da assistência

QUADRO 1: Caracterização das publicações encontradas na busca das bases de dados: João Pessoa, Paraíba, 2022.

Autores	Título	Ano de publicação	Período epidemiológico	Periódico
Quixabeira MGP ⁽⁷⁾	Indicadores epidemiológicos do estado de saúde materno-infantil no Brasil no período de 2007 – 2016.	2019	2007 a 2016	Universidade Federal do Mato Grosso
Silva AAM da, Peixoto SV ⁽⁸⁾	A produção científica em Epidemiologia na Revista Ciência & Saúde Coletiva.	2020	1996 a 2019	Ciência & Saúde Coletiva
Dias BAS et al. ⁽⁹⁾	Análise espacial dos óbitos infantis evitáveis no Espírito Santo, Brasil, 2006-2013.	2019	2006 a 2013	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Silva SIS da, Moraes ACF de, Lisieski N. ⁽¹⁰⁾	Mortalidade infantil: perfil epidemiológico da região do médio Vale do Itajaí.	2020	2014 a 2019	Revista Científica de Enfermagem
Reis LC ⁽¹¹⁾	Prevalência e perfil epidemiológico das anomalias congênitas no Maranhão.	2020	2001 a 2016	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Melanda VS ⁽¹²⁾	A gestão de caso e a avaliação da vulnerabilidade materna como estratégia de enfrentamento ao óbito infantil no Brasil: o caso do Paraná.	2021	2008 a 2012	Universidade Nova de Lisboa
Martins IPM, Nakamura CY, Carvalho DR. ⁽¹³⁾	Variáveis associadas à mortalidade materno e infantil: uma revisão integrativa.	2020	1999 a 2018	Revista de Atenção à Saúde

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

prestada em seus diversos níveis e organização dos serviços de saúde⁽⁷⁾.

Para redução da mortalidade infantil, o Brasil adotou diversas políticas e ações de vigilância e de Epidemiológica para investigações. Essas iniciaram com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que garantiu o acesso universal à saúde, a partir da Constituição Federal de 1988⁽³⁾.

A mortalidade infantil representa contudo a condição de vida e saúde de uma determinada população. Segundo estima-

tivas do Ministério da Saúde, em 2000, o coeficiente de mortalidade infantil (CMI) no país era de 26,1/mil nascidos vivos, que foi reduzido para 12,4/mil nascidos vivos em 2015⁽⁹⁾.

Esse expressivo declínio da mortalidade infantil, deveu-se, principalmente, às melhorias nas condições de vida da população, incluindo-se a expansão da rede de abastecimento de água, o aumento da escolaridade e a redução da fecundidade, além da adoção de políticas públicas direciona-

das às ações específicas, como campanhas de vacinação, programas de aleitamento materno, a introdução da vacina contra rotavírus e a terapia de reidratação oral na atenção à saúde⁽⁹⁾.

A Vigilância Epidemiológica é definida pela Lei .nº 8.080/90 como um conjunto de ações que promovem o conhecimento, detectam ou previnem mudanças nos fatores que possam interferir na saúde individual ou coletiva, com o objetivo de propor medidas de prevenção e controle das principais doenças ou agravos⁽⁴⁾. Estudos que abordem dados epidemiológicos infantis são relevantes para a construção de políticas públicas, além de fortalecer as ações

de saúde, novas práticas e formas de cuidar das crianças^(13,11,10). Diante dos achados, percebe-se que é relevante a atuação das gestões estaduais e municipais, no processo de capacitação profissional, identificação precoce na epidemiologia infantil, monitoramento de casos e fortalecimentos dos serviços de saúde⁽¹⁴⁾.

CONCLUSÃO

Dessa forma, este estudo abordou o que estava proposto inicialmente, alcançando seu objetivo de forma efetiva e grandiosa. A epidemiologia infantil é necessária para construir avanços na área da saúde, por

detectar e avaliar resultados pertinentes as temáticas estudadas.

Percebeu-se que são poucos estudos que abordam sobre a epidemiologia referenciada à saúde da criança, no qual se implica na necessidade de novas pesquisas para aprofundar o tema e ampliar o conhecimento dos demais profissionais de saúde e interessados nesta modalidade de estudo. Foi contemplado na pesquisa, que no que concerne a epidemiologia infantil, os principais assuntos encontrados são: a criança na rede de atenção à saúde, mortalidade infantil, investigação de óbito e crianças com doenças crônicas e assistência à saúde.

REFERÊNCIAS

1. Araújo, JP. et al. História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2014, v. 67, n. 6.
2. Brasil. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança. 2019.
3. Brasil. Constituição de 1988. 1988.
4. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990.
5. Leite MS, Andrade ASA, Lima LMD. AIDPI: conhecimento dos enfermeiros da atenção básica do município de Aracaju/SE. *Rev Min Enferm*. 2011;15(4):481-90. Available from: reme.org.br/exportar-pdf/61/v15n4a03.pdf.
6. Ministério da Saúde (BR). Organização Mundial da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. AIDPI Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância: curso de capacitação: introdução: módulo 5. 2a ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
7. Quixabeira MGP. Indicadores epidemiológicos do estado de saúde materno-infantil no Brasil no período de 2007 – 2016. Universidade Federal do Mato Grosso. 2019.
8. Silva AAM da, Peixoto SV. A produção científica em Epidemiologia na Revista Ciência & Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2020.
9. Dias BAS et al. Análise espacial dos óbitos infantis evitáveis no Espírito Santo, Brasil, 2006-2013. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. 2019.
10. Silva SIS da, Moraes ACF de, Lisieski N. Mortalidade infantil: perfil epidemiológico da região do médio Vale do Itajaí. *Revista Científica de Enfermagem*. 2020.
11. Reis LC. Prevalência e perfil epidemiológico das anomalias congênitas no Maranhão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2020.
12. Melanda VS. A gestão de caso e a avaliação da vulnerabilidade materna como estratégia de enfrentamento ao óbito infantil no Brasil: o caso do Paraná. Universidade Nova de Lisboa. 2021.
13. Martins IPM, Nakamura CY, Carvalho DR. Variáveis associadas à mortalidade materno e infantil: uma revisão integrativa. *Revista de Atenção à Saúde*. 2020.
14. Oliveira IF et al. O cuidado primário para as crianças com autismo na saúde brasileira. *Saúde Coletiva (Barueri)*, 11(69), 8393-8402. <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i69p8393-8402>.